

# AS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS E O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

*Delcele Mascarenhas Queiroz\**

*Carlinda Moreira dos Santos\*\**

## RESUMO

O artigo apresenta conclusões de pesquisa que indagou sobre as relações de gênero, no contexto da política de ações afirmativas adotada para negros, por universidades brasileiras. A partir de estudo que indicava uma desvantagem das mulheres negras com a implementação dessa política, na UFBA, a pesquisa examinou a participação de mulheres negras, em cursos de elevado prestígio social naquela Instituição, em dois momentos: 2006 e 2010. Buscou ainda compreender o que se passa no cotidiano das mulheres que ali ingressaram. Os resultados indicam que o crescimento da participação de mulheres nesses cursos ocorre desigualmente entre os segmentos raciais. Confirmando o estudo que deu origem à pesquisa, as mulheres pretas, embora tivessem obtido uma sensível elevação de sua participação, formam o contingente de menor expressividade nos cursos de alto prestígio, mesmo naqueles onde as mulheres tiveram presença predominante, como Odontologia e Psicologia. Conclui-se que as mulheres pretas ainda se encontram em desvantagem em relação às mulheres pardas, e mais ainda em relação às brancas. Percebe-se também que seu cotidiano torna-se extremamente perverso pela atuação dos marcadores gênero, raça e classe, demandando dessas estudantes um esforço adicional para superar o preconceito e a discriminação presentes na sua experiência, particularmente no ambiente universitário.

**Palavras-chave:** Gênero. Raça. Educação superior. Ação afirmativa. Mulher negra.

## ABSTRACT

### BRAZILIAN BLACK WOMEN AND ACCESS TO HIGHER EDUCATION

This paper presents research findings that inquired about gender relations in the context of affirmative action policy adopted for blacks by Brazilian universities. From a study indicating a disadvantage of black women with the implementation of this policy, at UFBA, the research examined the participation of black women in high social prestige courses in this institution, within two moments: 2006 and 2010. It was sought further to understand what happens in the daily lives of women who entered there. The results indicate that the growth of women's participation in these courses is unequally between racial segments. Confirming the study that gave rise to the research, the black women, although had obtained a significant increase in their participation, they form the contingent of lower expression in high prestige courses, even in those where women were

---

\* Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora e pesquisadora do Departamento de Educação (Campus I) e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). [dmqueiroz@uol.com.br](mailto:dmqueiroz@uol.com.br)

\*\* Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora da rede municipal de ensino de Salvador. [carlindareg@yahoo.com.br](mailto:carlindareg@yahoo.com.br)

predominant presence, as Dentistry and Psychology. We conclude that black women are still at a disadvantage compared to brown women, and even more so when compared to the white ones. It is also noticed that their daily life becomes extremely perverse through the actions of the gender, race and class markers, demanding an extra effort from these students in order to overcome prejudice and discrimination present in their experience, particularly in the university environment.

**Keywords:** Gender. Race. Higher education. Affirmative action. Black women.

## RESUMEN

### LAS MUJERES NEGRAS BRASILERAS Y EL ACESO A LA EDUCACIÓN SUPERIOR

El artículo presenta las conclusiones de la investigación que indago sobre las relaciones de género, en el contexto de la política de acciones afirmativas adoptada para negros por universidades brasileras. A partir del estudio que indicaba una desventaja de las mujeres negras con la implementación de esa política, en la Universidad Federal de Bahía (UFBA) a pesquisa examino la participación de mujeres negras, en cursos de elevado prestigio social en esa institución, en dos momentos 2006 y 2010. Se busco comprender lo que en la cotidianidad pasan las mujeres que allí ingresan. Los resultados indican que el crecimiento de participación de las mujeres en esos cursos ocurre de manera desigual entre los segmentos raciales. Confirmando el estudio que le dio origen a la investigación, las mujeres negras aunque han obtenido una mayor participación, forman el grupo de menor expresividad en los cursos de alto prestigio, menos en aquellos donde las mujeres tuvieron presencia predominante, como odontología y psicología. Se concluyo que las mujeres negras aun se encuentran en desventaja en relación de las mujeres mestizas y aun más en relación de las blancas. Se percibe también que su cotidiano se torna extremadamente perverso por la actuación de marcadores de género, raza y clase, demandando de esas estudiantes un esfuerzo adicional para superar el preconceito y la discriminación presentes en su experiencia, particularmente en el ambiente universitario.

**Palabras claves:** Género. Raza. Educación superior. Acción afirmativa. Mujer negra.

## Introdução

O artigo busca refletir sobre um tema que consideramos da maior importância na sociedade brasileira, hoje. Trata-se das desigualdades de gênero, particularmente quando o gênero se cruza com a condição racial e com a classe social. Abordaremos a realidade de mulheres negras e seu acesso ao ensino superior, no momento atual, em que elas conquistaram o direito de acesso à universidade através de uma política de cotas raciais.

Em uma homenagem às mulheres feita pela Revista Educação & Realidade, em 1995, em número dedicado à temática gênero e educação, sua editoralista, Marisa Costa, observava que “muitos/as poderiam perguntar por que uma discussão sobre

gênero homenagearia as mulheres” (COSTA, 1995, p. 06) E ela própria respondia:

[...] eu diria, inspirada em (Joan Scott), que se gênero é o domínio primário do social onde o poder se exerce, e a partir do qual se articula a organização concreta e simbólica da vida social, as mulheres, sempre tratadas desigualmente, serão beneficiadas ao tomar contato com análises que contribuam para identificar e compreender as relações assimétricas de poder em que estão envolvidas e capturadas. (COSTA, 1995, p. 06).

A nossa imersão no mundo cotidiano nos faz olhar para ele com uma grande naturalidade. De modo geral, o mundo nos aparece como bastante natural e por essa razão nos indagamos pouco sobre esse cotidiano. Assim é que a naturalidade

das presenças de homens e mulheres no nosso dia a dia faz com que percebamos as diferenças entre eles, ou seja, as diferenças de gênero, como sendo muito naturais. Parece bastante natural a divisão das tarefas, a divisão de atividades, aquilo que parecem ser os papéis próprios de homens ou de mulheres. No entanto, nada nos nossos corpos, na nossa biologia, determina essa divisão de tarefas, e o tratamento diferenciado que a sociedade confere a homens e mulheres. Ou seja, relações de gênero não são relações determinadas pela natureza, mas construções sociais e históricas. Relações entre homens e mulheres são, portanto, relações sociais. E, como tal, relações de poder, de força, relações que se constituíram ao longo da história da humanidade de forma hierarquizada. No entanto, seu caráter construído perdeu-se a tal ponto na memória dos tempos que as diferenças entre homens e mulheres aparecem para nós, hoje, de modo naturalizado; como algo que estaria determinado pela biologia, pela forma diferente dos corpos de homens e mulheres.

Assim, relações de gênero não são simples relações interpessoais entre homens e mulheres. São relações de poder que estão inscritas na “ordem das coisas”, isto é, no modo próprio de ser da sociedade, e que hierarquizam posições; são um modo de classificar homens e mulheres com base em representações construídas a partir da sua anatomia. Historicamente, a ordem que daí emergiu atribuiu um lugar às mulheres no espaço social, que é um lugar “abaixo”, como evidencia Bourdieu (1995).

Do mesmo modo, a posição hierarquizada de negros e brancos na sociedade nada tem a ver com diferenças biológicas; são também uma construção social. A representação desigual dos segmentos raciais no acesso a vários espaços, em sociedades multirraciais como a sociedade brasileira, tem sua origem no processo de colonização. A estrutura social que emergiu desse processo baseou-se na expropriação de um grupo racial em favor de outro, e na difusão do pensamento que buscou justificar as hierarquias sociais a partir das marcas “raciais”, portanto fenotípicas, através da atribuição de um conjunto de significados morais e intelectuais a tais características (SEYFERTH, 2002). A “raça”<sup>1</sup>

1 Raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de uma noção que denota tão somente

funciona, assim, como uma marca, um mecanismo de classificação que sustentou, e sustenta ainda no presente, relações de poder na sociedade brasileira. Esse modelo de organização social, através de mecanismos diversos, criou uma ordem social altamente desigual em que negros e brancos ocupam posições assimétricas (GUIMARÃES, 1999).

Portanto, ser negro e ser mulher são condições que estão inscritas numa ordem hierárquica que tem servido para fomentar a dominação, o desrespeito e a desumanização em todas as esferas da vida daqueles que estão submetidos aos estigmas associados a essas marcas sociais. Desse modo, a sociedade brasileira toma como referência tanto a “raça” quanto o gênero para forjar relações extremamente perversas, do ponto de vista da existência humana.

Assim, “raça” e gênero, conceitos socialmente construídos, sem corresponderem, portanto, a nenhuma realidade natural, estruturam as desigualdades presentes na sociedade brasileira. Essas desigualdades estabelecidas pelo racismo e pelo sexismo, ao se articularem, e serem naturalizadas, potencializam a opressão sofrida pelas mulheres negras. É desse modo que vamos encontrá-las, na sociedade brasileira, numa condição bastante perversa.

Não é por acaso que as mulheres negras, no Brasil, em geral, ocupam as posições mais inferiores na hierarquia do mercado de trabalho, desempenhando atividades manuais, mal remuneradas e cansativas, como vendedoras ambulantes, empregadas domésticas, entre outras atividades pouco rentáveis.

## Política de cotas na UFBA e o acesso de mulheres negras

A situação de precariedade vivenciada, de modo geral, pelas mulheres negras sempre foi um impedimento ao avanço da sua escolarização. Assim, no final dos anos 1990, mais precisamente em 1997, numa pesquisa realizada entre estudantes que haviam ingressado na Universidade Federal da Bahia naquele ano, investigando as carreiras para as quais se dirigiam as mulheres, pude perceber que elas, além de minoritárias, “escolhiam” as

uma forma de classificação social. Raça é, portanto, uma metáfora, que remete a marcas inscritas no corpo, para indicar posições no espaço social.

carreiras menos valorizadas; aquelas de menor prestígio social, cujas oportunidades no mercado de trabalho eram menos atraentes (QUEIROZ, 2000). Enquanto isso, os homens eram maioria em cerca de 57% dos cursos e estavam mais concentrados na área de Matemática, Ciências Físicas e Tecnologia, ou seja, uma área em que estão carreiras bastante valorizadas, como as Engenharias, entre outras. Os cursos em que as mulheres estavam melhor representadas eram: Canto, exclusivamente frequentado por mulheres, Enfermagem e Pedagogia, nos quais elas representavam, em cada um, 93% das(os) estudantes. Essas “escolhas” pareciam refletir as expectativas sociais sobre o lugar apropriado para mulheres, isto é, aquelas que são “mais sensíveis”, com toda a carga que isso implica, ou lugares que são a projeção do trabalho doméstico.

A adoção de cotas sociorraciais pela UFBA, em 2005, ampliou consideravelmente as possibilidades de estudantes negros ingressarem em seus cursos (QUEIROZ; SANTOS, 2006), sobretudo naqueles considerados de elevado prestígio social.<sup>2</sup> A investigação realizada por Queiroz e Santos sobre a implantação do sistema de cotas na UFBA mostrou um crescimento de 13,5% na participação dos estudantes negros<sup>3</sup> entre 2004 e 2005. Em pesquisa, realizada em 2006, na mesma Instituição, Queiroz apontou a elevação da presença das mulheres do segmento negro, advertindo que esse crescimento

beneficiou, sobretudo, as estudantes autodeclaradas pardas. Ou seja, as mulheres que se definem como pretas, que estavam em situação mais desfavorável, não lograram os mesmos benefícios (QUEIROZ, 2006). Essa constatação instigou-nos a investigar os cursos de elevado prestígio social da UFBA, para verificar a situação das mulheres negras que ali se encontravam, indagando sobre o significado da política de cotas para seu acesso a esses cursos, bem como buscando identificar os elementos que atuaram para impulsionar suas trajetórias.

A pesquisa buscou verificar a influência da política de cotas sobre o perfil sociorracial das estudantes que passaram a ingressar na UFBA, tomando como base informações obtidas através de formulários preenchidos quando de suas inscrições para o exame vestibular. Num segundo momento, recorreu a entrevistas semiestruturadas com o intuito de compreender os obstáculos que se colocam nas trajetórias das estudantes, pela atuação do racismo e do sexismo, bem como os elementos que as impulsionaram a questionar o lugar de subordinação e a buscar cursos de elevado prestígio social e/ou de perfil masculino. Para as entrevistas foram selecionadas 14 estudantes,<sup>4</sup> consideradas negras (pretas e pardas) ao olhar da entrevistadora. Destas, espontaneamente, nove se declararam negras, três pretas, uma parda e uma branca. Estas estudantes estão em cursos de Medicina (3),<sup>5</sup> Direito (2), Odontologia (2), Engenharia Mecânica (1), Engenharia Civil (2), Psicologia (2) e Comunicação/Jornalismo (2).

O gênero, assim como a “raça”, constitui um fator de determinação das desigualdades de acesso ao ensino superior, sobretudo nas carreiras de prestígio, até então tidas como reduto dos homens e brancos. Em investigação que examinou as desigualdades de acesso entre os segmentos raciais e de gênero na Universidade Federal da Bahia, Queiroz (2000) constatou que mesmo sendo as mulheres aquelas que realizam um maior investimento em suas trajetórias escolares, elas são direcionadas, através dos diversos mecanismos de persuasão implícitos nas mais diversas instituições sociais, a

2 A atribuição de prestígio aos cursos oferecidos pela UFBA baseou-se numa consulta realizada por Queiroz (2000) a empresas de consultoria em Recursos humanos, com atuação na cidade de Salvador. O tratamento desses dados resultou numa escala de prestígio das carreiras com a seguinte gradação: *Alto* – Medicina, Direito, Odontologia, Administração, Processamento de Dados, Engenharia Elétrica, Psicologia, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Arquitetura, Engenharia Química; *Médio alto* – Ciências Econômicas, Jornalismo, Medicina Veterinária, Engenharia Sanitária, Enfermagem, Pedagogia, Ciências Contábeis, Nutrição, Química Industrial, Engenharia de Minas; *Médio* – Secretariado, Farmácia, Agronomia, Licenciatura e Bacharelado em Química, Educação Física, Desenho Industrial, Ciências Sociais, Artes Plásticas, Letras, Matemática; *Médio baixo* – Filosofia, Ciências Biológicas, Música, Geologia, Física, Geofísica, Composição e Regência, Estatística, Artes Cênicas, Dança, História; *Baixo* – Desenho e Plástica, Instrumento, Biblioteconomia, Canto, Licenciatura em Ciências do 1º Grau, Geografia, Museologia.

3 Os termos raciais que aparecem neste trabalho para classificar as/os estudantes são aqueles usados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – branco, pardo, preto, amarelo e indígena – para classificar a população brasileira. Estamos denominando de negros a agregação dos segmentos pardo e preto, um procedimento relativamente usual entre estudiosos do tema no Brasil, inclusive aqueles do IBGE.

4 No intuito de preservar a identidade das entrevistadas, seus nomes foram substituídos por letras do alfabeto, de A a N.

5 A ordem de apresentação dos cursos está obedecendo à *escala de prestígio* dos mesmos, já referida em nota anterior.

lugares que guardam uma estreita relação com a esfera do mundo privado; lugares culturalmente reservados às mulheres e esperado que sejam ocupados por elas (QUEIROZ, 2000). Assim, mesmo com a significativa presença feminina na Universidade, as representações sobre o gênero seguiram orientando as escolhas e trajetórias de homens e mulheres dos distintos segmentos raciais. Naquele momento, a presença de mulheres na UFBA era minoritária nos cursos considerados de elevado prestígio e discreta, principalmente, nos cursos da Área I, considerada território masculino e onde estão localizadas as carreiras técnicas mais valorizadas socialmente, por estarem, de modo geral, no setor econômico mais dinâmico. Nas Áreas II e III estão concentradas

as carreiras tidas como “tipicamente femininas”, como Enfermagem e Pedagogia, respectivamente, e, também por esta razão, a maioria delas não é considerada de alto prestígio.

Nesta seção, vamos comparar a participação de mulheres e homens, negros(as) e brancos(as), após a adoção de reserva de vagas, naqueles cursos considerados de elevado prestígio da UFBA. A Tabela 1, a seguir, refere-se à distribuição dos aprovados levando em conta o gênero.

Em 2006 os homens tinham maior participação, com 50,8% contra 49,2% da presença de mulheres entre os selecionados. Contudo, em 2010 há uma inversão nesta distribuição: as mulheres elevam sua participação para 52,7%.

**Tabela 1** – Total de estudantes selecionadas(os) no Vestibular, segundo o gênero – 2006 e 2010

Sexo	2006		2010	
	N	%	N	%
Mulher	1.963	49,2	3.222	52,7
Homem	2.030	50,8	2.896	47,3
Total	3.993	100,0	6.118	100,0

**Fonte:** Santos (2012, p. 70).

Verificando a distribuição dos dois contingentes nos cursos da Área I, confirma-se a maior presença masculina, e observa-se um discreto crescimento, de 4,4%, da participação de mulheres, em 2010, nos cursos de Engenharia Civil e Ciência da Com-

putação. Já no curso de Engenharia Mecânica as mulheres tiveram uma discreta redução na sua participação, de 0,7 pontos percentuais, como mostra a Tabela 2, o que não surpreende numa área considerada território masculino por excelência.

**Tabela 2** – Distribuição percentual de estudantes selecionadas(os) nos cursos da Área I, segundo o gênero – 2006 e 2010

Sexo	Engenharia Civil		Engenharia Mecânica		Ciência da Computação	
	2006	2010	2006	2010	2006	2010
Mulher	20,6	25,0	6,3	5,6	10,0	14,4
Homem	79,4	75,0	93,7	94,4	90,0	85,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

**Fonte:** Santos (2012, p. 70).

A Tabela 3 mostra a participação de homens e mulheres nos cursos de maior prestígio da Área II: Medicina e Odontologia. No curso de Medicina os homens têm presença mais expressiva; ao contrário do curso de Odontologia, cuja maior participação

é das mulheres. Observa-se ainda que além da superioridade da presença feminina no curso de Odontologia, percebe-se uma elevação significativa das mulheres em 2010: enquanto em Medicina foi de apenas 1%, em Odontologia chegou a 12,5

pontos percentuais. Esta configuração constitui um aspecto importante para se pensar as razões pelas quais dois cursos de alto prestígio de uma mesma área se comportam de maneira tão diferente. Para Queiroz (2001), Odontologia é um dos poucos cursos de alto prestígio de predominância feminina, constituindo-se num campo que se apresenta atrativo para os homens pela possibilidade

de vantagens econômicas e sociais que oferece. A elevada participação das mulheres explica-se pela associação entre gênero e classe. Esse seria um espaço de inserção de mulheres oriundas das camadas elevadas, oriundas de cursos secundários valorizados, em busca de carreiras que atendam às expectativas de profissionalização do seu grupo social (QUEIROZ, 2001).

**Tabela 3** – Distribuição percentual de estudantes selecionadas(os) nos cursos da Área II, segundo o gênero – 2006 e 2010

Sexo	Medicina		Odontologia	
	2006	2010	2006	2010
Mulher	39,1	40,1	55,0	67,5
Homem	60,9	59,9	45,0	32,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Santos (2012, p. 71).

Em todas as carreiras da Área III observa-se um crescimento significativo da participação das mulheres em 2010. No curso de Direito, o mais valorizado da Área, em 2006, as mulheres representavam 43,3%; em 2010 tiveram uma elevação de sua participação da ordem de 12,4 pontos percentuais. A participação das mulheres no curso de Psicologia

guarda similaridade com o de Odontologia; com tradicional e expressiva participação feminina, registra sensível elevação do crescimento de sua presença em 2010. Em Comunicação/Jornalismo observa-se que houve o maior acréscimo da presença feminina. As mulheres, que representavam em 2006 48,3%, passam para 71,7% em 2010 (Tabela 4).

**Tabela 4** – Distribuição percentual de estudantes selecionadas/os nos cursos da Área III, segundo o gênero – 2006 e 2010

Sexo	Direito		Psicologia		Comunicação/Jornalismo	
	2006	2010	2006	2010	2006	2010
Mulher	43,3	55,7	66,2	76,9	48,3	71,7
Homem	57,7	44,3	33,8	23,1	51,7	28,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Santos (2012, p. 71).

Como assinalamos, a participação dos distintos segmentos raciais nos cursos de alto prestígio é fortemente desigual. Assim, quanto mais elevado o prestígio das carreiras, menos os negros, e particularmente os pretos, se fazem presentes na UFBA, confirmando os estudos de Queiroz (2001) que têm evidenciado que as

mulheres de todos os segmentos raciais estão situadas predominantemente nos cursos ditos “femininos”. O que se percebe, desse modo, é que a articulação entre gênero e cor determina para as mulheres negras a situação de maior desvantagem, cabendo às mulheres pretas a situação mais desfavorável.

A análise da participação de homens e mulheres que ingressaram na UFBA através da política de cotas apontou para a elevação da participação de mulheres em quase todos os cursos investigados, com exceção do curso de Engenharia Mecânica, cujas mulheres representavam 6,3% em 2006 e reduzem sua presença para 5,6% em 2010. Observando aqueles cursos da Área I, confirmou-se a presença expressivamente masculina; diferentemente dos cursos das Áreas II e III, cuja participação de homens e mulheres ocorre de forma menos desigual; nos cursos de Medicina e Direito, por exemplo, os contingentes de homens são mais elevados, enquanto em Odontologia e Psicologia observa-se a maior presença feminina.

A distribuição dos selecionados, por gênero, nos dois momentos investigados, controlando-se a cor, indicou que o crescimento da participação de mulheres nesses cursos ocorre desigualmente entre os segmentos raciais. Entre as mulheres, as brancas estão representadas em proporções próximas às dos homens; as pardas, ora diminuem, ora elevam a sua participação. As pretas, embora tivessem obtido uma sensível elevação de sua participação, formam o contingente de menor expressividade nos cursos de alto prestígio. Mesmo naqueles em que as mulheres tiveram presença predominante, como Odontologia e Psicologia, o contingente de mulheres pretas é relativamente inferior, mesmo considerando seu expressivo crescimento de 2006 para 2010. No que se refere aos critérios estabelecidos para a adoção de reserva de vaga – maior parte dos estudos em escolas públicas e se declarar preto ou pardo –, o curso de Psicologia foi o que pareceu ter atingido em maior proporção as “minorias” sociorraciais e de gênero: a maior parte dos estudantes neste curso é oriunda de escolas públicas, havendo também um maior contingente de negros e um sensível crescimento na participação de mulheres pretas, embora isto não signifique uma equidade entre os segmentos raciais. As mulheres pretas ainda se encontram em desvantagem em relação às mulheres pardas, e muito mais em relação às brancas, evidentemente.

A abordagem do perfil da participação desse contingente buscou contribuir para ampliar o olhar sobre as consequências da política de cotas para a democratização do acesso à universidade dos

contingentes em desvantagem. A seguir, trataremos da trajetória pessoal e acadêmica das mulheres que lograram ingressar na Universidade Federal da Bahia através da política de cotas, e do seu cotidiano na Universidade.

As entrevistadas revelaram importantes pistas para compreender a influência exercida pela família sobre o êxito escolar. Tratando da importância da família para o desempenho escolar dos filhos, Bourdieu (1998a) chama atenção para o capital cultural da família como fator determinante das diferenças de êxito entre estudantes das distintas origens sociais, indicando a desvantagem dos estudantes das camadas populares, cujas famílias não dispõem, em geral, dos atributos demandados pela instituição escolar. Diz Bourdieu (1998a, p. 50) que “as crianças dessas classes sociais, que por falta de capital cultural têm menos oportunidade que as outras de demonstrar êxito excepcional, devem, contudo, demonstrar um êxito excepcional [...]” para chegar a níveis mais elevados de escolarização. Esses(as) estudantes, que pela ausência de capital cultural dispõem de menores oportunidades de êxito, para obter êxito na escola, teriam que desenvolver um enorme esforço de superação, o que as/os colocaria frente não à mesma seleção a que estão sujeitos os demais estudantes no ambiente escolar, mas àquilo que o autor denominou de superseleção.

As falas da entrevista a seguir ilustram a atitude mais frequente entre as famílias negras frente à escola, indicando os elementos que, na sua percepção, atuaram para demarcar a diferença de êxito com relação a estudantes do seu meio social e do seu grupo racial:

Esse ponto é bem interessante, porque a maioria das famílias negras já não tem essa coisa de acreditar muito [no êxito dos filhos]: ‘vá estudar!’ Sempre tem aquela coisa de arranjar emprego. As meninas cuidarem do filho de fulano, enfim. Já lá em casa, não. Sempre foi interessante, meus pais sempre pensaram nessa coisa de eu e meu irmão... de a gente conseguir entrar na universidade, de ser doutor; sempre teve isso. Eles sempre acreditaram na gente. E quando meu irmão – que ele é mais velho – entrou na universidade primeiro, então meio que ele abriu as portas. Então ninguém tinha dúvida que eu fosse capaz de entrar na universidade. (ESTUDANTE B,

DO CURSO DE DIREITO, AUTODECLARADA PRETA, COTISTA, ORIUNDA DE ESCOLA PÚBLICA).

Como não acabou ainda o meu projeto de vida, eles [os pais] estão acompanhando, eu não tenho como dizer onde eles gostariam que eu chegasse, eles estão vendo que a minha caminhada está dando certo, foi uma escolha que eu fiz, que estou aplicada, muito esforçada nessa escolha, em termos de cabeça; eles estão me ajudando sempre. E a expectativa era aquela de sempre conseguir conquistar algo, porque eles tomavam como... a base que eles me deram, e também a minha jornada que eu fiz no colégio. Então eles viam sempre que eu fosse conseguir, diante de minhas dificuldades... Mas a expectativa sempre foi boa, assim... e o curso de Odontologia é um curso de alto investimento. Então, a parte de eles sentirem que é um curso de alto investimento, que ainda não chegou, que é ainda nesse terceiro semestre que a gente já vai sentir um baque maior da escolha que eu fiz, eles vão ter uma noção. ...mas eu estou... certa, eu não penso em outro curso. (ESTUDANTE J, DO CURSO DE ODONTOLOGIA, AUTODECLARADA PRETA, NÃO COTISTA, ORIUNDA DE ESCOLA PRIVADA).

Participava, assim... Ela nunca interferiu em quase nada, queriam que eu fosse todos os dias pra escola, que eu passasse em todos os anos, mas nunca era aquela coisa: 'Você vai ser o que quando crescer?' Ninguém tinha essa preocupação, eu que tinha essa preocupação comigo. É tanto que na minha família não conheço ninguém que seja advogado, que tenha... (ESTUDANTE N, DO CURSO DE PSICOLOGIA, AUTODECLARADA PRETA, COTISTA, ORIUNDA DE ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL).

Mesmo nos casos em que as famílias têm uma atitude positiva frente à escola, percebe-se a dimensão dos obstáculos que essas estudantes precisam superar; barreiras resultantes da distância entre os atributos conformados pelo mundo e as exigências do mundo acadêmico.

As histórias que relatam essas estudantes sobre os primeiros anos da escolarização é da experiência da desqualificação produzida pelo racismo e pelo sexismo. Mas salientam também as várias faces da resistência para burlar a dor da discriminação, que vão desde o silenciamento e a assimilação dos padrões dominantes, à subversão, como veremos nos depoimentos que se seguem:

Sofri um pouco com a coisa do preconceito, da rejeição, e estudando bastante pra tentar demonstrar que existia valor naquilo ali, naquela pessoa ali. Avaliando hoje, distante, aos 32 anos, foi isso mais ou menos. Agora, não lembro de muita coisa não, eu sempre fui boa aluna. Eu lembro disso. Sempre fui de estudar bastante e ter poucos amigos. Com os professores, eu sempre me relacionei direitinho, mas eu tinha vergonha, porque eu tenho uma coisa de mais velho, respeito, medo dos mais velhos. Isso é muito forte. Então eu tenho um pouco de vergonha de perguntar algumas dúvidas, tanto que eu sou um pouco autodidata. Isso é uma coisa até ruim. Se eu tiver dúvida, tenho um certo limite com determinado professor e tento buscar de outras formas. Isso modificou muito depois que eu entrei aqui em Medicina. Não sei porquê. Hoje já consigo ter uma relação boa com os professores. Os professores já me conhecem, eu já consigo me aproximar deles, perguntar, pedir até, dizer dificuldades, mas ainda tenho uma barreira muito grande que precisa ser superada... medo de pisar em ovos. (ESTUDANTE C, DO CURSO DE MEDICINA, AUTODECLARADA NEGRA, NÃO COTISTA, ORIUNDA DE ESCOLA PRIVADA).

A fala da estudante evidencia a profundidade da desqualificação sofrida ao referir-se a si mesma como "aquilo ali". Mostra também a dimensão do obstáculo a ser superado, quando assinala que precisava estudar bastante para "tentar demonstrar que existia valor naquilo ali, naquela pessoa ali". Outro elemento que aponta para a dimensão das barreiras que foram enfrentadas na sua trajetória evidencia-se na idade avançada da estudante para um curso de graduação. No entanto, sem que ela se dê conta, o acesso a um curso de prestígio aparece em sua fala como uma arma poderosa na luta pela superação do lugar discriminado. Diz ela: "Isso modificou muito depois que eu entrei aqui em Medicina. Não sei porquê".

O depoimento da entrevistada, a seguir, aborda uma temática recorrente, em se tratando das vivências escolares de estudantes negras(os): a divisão racial dos lugares nas atividades escolares. Esse aspecto foi analisado por Cavalleiro (2000) ao pesquisar as relações raciais no contexto da educação infantil, mostrando que a escola utiliza um discurso e institui práticas que reforçam a submissão e o fracasso escolar nas crianças negras. O depoimento da entrevistada remete a um episódio que é bastante

recorrente nas escolas do nordeste brasileiro, por ocasião das festas juninas, e que afeta fortemente a autoestima das meninas negras:

– Tem uma professora! Eu lembro de uma professora que eu não tinha muita admiração por ela... não tinha admiração pela mulher. Ela não era minha professora, mas eu sempre dizia assim: ‘Eu não quero que essa mulher seja minha professora’, porque ela sempre interferia nas coisas da minha sala. Ela não era professora da minha sala, mas era ela quem decidia quem iria dançar com o outro, com quem na quadrilha, como tinha que ser a arrumação dos trabalhos que eu fazia. Eu não gostava disso... E aquela coisa também da rifa do milho, [a] depender da base [do dinheiro arrecadado], você é a Rainha do Milho e tal. Eu nunca fui. E essa coisa a gente já sabe, historicamente, porque que é. Mas tem essa coisa que fica.

– Você se empenhava pra ser eleita a Rainha do Milho?

– Todo ano, todo mundo se empenhava, mas a gente sabia que não ia ser; e muitas vezes não era nem aluna do colégio. Era sobrinha de tal professora, porque tinha um cabelo, que era considerada bonita e isso e aquilo, entendeu?

– Você percebia isso? Tinha essa clareza naquele momento que não ia ser a escolhida?

– Não. É que todo ano a gente tinha essa visão de que seria. Ai quando a gente cresce, vê o processo como é; ai a gente vê o quanto a infância foi prejudicial à formação da gente. Mas que também agora contribui para que isso não aconteça. (ESTUDANTE D, DO CURSO DE COMUNICAÇÃO/JORNALISMO, AUTODECLARADA NEGRA, COTISTA, ORIUNDA DE ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL).

O depoimento é bastante indicativo do grau de desqualificação sofrida e da frustração experimentada pelas estudantes negras nessas relações, deixando supor o sofrimento e os danos subjetivos daí decorrentes.

Os estudos têm apontado uma tendência ao direcionamento das mulheres, ao longo do tempo, para carreiras que guardam certa analogia com as atividades do mundo doméstico, como, por exemplo, aquelas voltadas para o cuidado com os demais; carreiras ditas “femininas”. Assinala Bourdieu (1999, p. 14, grifo do autor) que

Através da experiência de uma ordem social ‘sexualmente’ ordenada e das chamadas à ordem explícita que lhe são dirigidas por seus pais, seus professores e seus colegas, e dotadas de princípios de visão que elas próprias adquiriram em experiências de mundo semelhantes, as meninas incorporam, sob forma de esquema de percepção e de avaliação dificilmente acessíveis à consciência, os princípios da visão dominante que as levam a achar normal, ou mesmo natural, a ordem social tal como é e a prever, de certo modo, o próprio destino, recusando as posições ou as carreiras de que são sistematicamente destinadas.

Essa tendência aparece como impulsionadora da escolha da entrevistada, no depoimento a seguir:

Primeiro: a coisa de você tratar a pessoa. De você tratar com o que a gente mais tem medo, que é na doença. Oferecer saúde às pessoas. Eu sempre quis fazer isso! Eu sempre falo que a profissão mais bonita é a dos professores, depois é a do médico. Eu falava: ‘Vou ser médica e educadora.’ Então essa coisa de oferecer algo pra alguém, tentar oferecer saúde, tentar conversar, descobrir o que existe por trás daquela doença... Isso é uma coisa desde a adolescência. Desde a adolescência, ... quero ser médica. Não sei por que, médica ou professora. Não sei se foi admiração por alguém, realmente eu não lembro. Eu sei que a vontade é muito grande, e eu sou extremamente feliz por estar aqui dentro e trazendo pra consciência, que a gente adquire consciência política. Eu também quero ajudar muito as pessoas que não têm condições; temos poucos médicos negros... então, tem esse desejo de fazer algo pela melhoria das pessoas. E tentar ser uma médica que dê um tratamento agradável praquelas pessoas, dê um pouco de... tentar vir de um lado para o outro pra ajudar o máximo de pessoas do lado de cá. (ESTUDANTE C, DO CURSO DE MEDICINA, AUTODECLARADA NEGRA, NÃO COTISTA, ORIUNDA DE ESCOLA PRIVADA).

Apesar desse padrão de escolha, o estudo de Queiroz (2000) sobre o acesso de mulheres à UFBA, no final dos anos 1990, já apontava para uma tendência, mesmo que discreta, das mulheres buscarem carreiras consideradas “masculinas”. Essa tendência está presente nos depoimentos de algumas entrevistadas:

Foi assim, olha só, meu pai, ele é mestre de obras, então eu cresci dentro de obras. Só que eu tinha o sonho de ser professora. Eu queria ensinar, queria

dar aula, passar meu conhecimento. Foi aí que eu escolhi o meu primeiro curso. Só que financeiramente não era um curso muito rentável. Então eu associei o útil ao agradável: meu pai já era mestre de obras, sempre quis que eu fizesse Engenharia Civil. [Em] 2005, a Engenharia Civil deu um boom. [Em] 2007 foi quando eu terminei a minha graduação em Física, então eu pensei: ‘Eu vou fazer o quê? O mercado tá precisando, meu pai tá querendo, então eu vou fazer Engenharia Civil.’ (ESTUDANTE F, DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL, AUTODECLARADA NEGRA, COTISTA, ORIUNDA DA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL).

Inserida num ambiente familiar favorável a mudanças, a estudante F não demonstra ter tido grande dificuldade em romper com aquele padrão de escolha. Mesmo investindo, inicialmente numa carreira de perfil dito feminino – porque voltado para o magistério, mas que não tinha, exatamente, o perfil feminino, como a Licenciatura em Física –, já indicava uma nova perspectiva de escolha. O incentivo familiar aliado às demandas do mercado de trabalho e à valorização da carreira parecem ter sido elementos decisivos na mudança das suas expectativas iniciais.

Outros depoimentos também apontam para a mudança no perfil das escolhas femininas. Contrariando as expectativas de que as mulheres não teriam habilidade para as disciplinas da área das ciências exatas, a entrevista H justifica sua escolha:

Na verdade, eu sempre tive, assim, afinidade com a área de exatas. No início eu queria fazer Matemática ou Física, mas aí eu comecei a pesquisar, comecei a olhar, e começou a nascer aquele desejo, olhar pros prédios: ‘Pô, como é que [se] constrói, deve ser tão difícil fazer esses prédios... Ia ser bastante interessante...’ E, de repente, nasceu essa vontade de fazer Engenharia Civil, porque eu sabia que eu ia entrar e ia ter que estudar também Matemática e Física. E fiz. Não foi porque, assim, eu tenho algum conhecido que seja engenheiro ou algum amigo meu que seja arquiteto, nada disso. Foi, assim, um sentimento mesmo, pura vontade, sabe? Eu quero ser engenheira, eu vou conseguir, e fiz, primeira vez, sempre gostei de Engenharia Civil. A primeira vez que eu fiz foi Engenharia Civil. (ESTUDANTE H, DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL, AUTODECLARADA PRETA, COTISTA, ORIUNDA DE ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL).

A indagação sobre a escolha dos cursos revelou que as estudantes interagem tanto com as expectativas sociais em relação ao lugar da mulher, ao conduzirem as suas escolhas para profissões impregnadas de conteúdos humanísticos, ou que guardam semelhança com as atribuições do mundo privado, como o cuidado com os demais, quanto transgridem o esperado, revelando sua intimidade com as ciências exatas ou buscando carreiras que promovam a realização econômica.

Analisando as práticas avaliação dos(as) professores(as) de estudantes das diferentes classes sociais, Bourdieu (1998b) problematiza os critérios implícitos do julgamento professoral, evidenciando que os julgamentos escolares são, na verdade, julgamentos sociais eufemizados. Esses julgamentos expressariam uma lógica que, produzida e reproduzida pela escola, é produto da transformação que a lógica escolar imprime às formas que organizam o pensamento da classe dominante, isto é, são expressão dessa forma de enxergar o mundo.

Assim, indagadas a respeito da relação entre professores e estudantes na Universidade, as entrevistadas evidenciam que a lógica implicada no julgamento do professor escapa à avaliação do desempenho meramente escolar, envolvendo um julgamento, e certa “afinidade”, que é também de classe, como assinala a entrevistada A:

Bom, aqui na faculdade os professores são um pouco... Inflexíveis. Maioria. A relação até que é boa, mas a metodologia deles é um pouco estranha. Tem uns professores que faltam, professores que corrigem a prova não pelo conteúdo, mas sim pela cara [do(a) estudante]. Ou pela afinidade. Professores que são ‘é isso e pronto’, ‘é isso que eu acho’, ‘a verdade é essa’. Eu acho que é isso. (ESTUDANTE A, DO CURSO DE DIREITO, COTISTA, AUTODECLARADA BRANCA, ORIUNDA DE ESCOLA PÚBLICA).

A entrevistada B admite que, embora em número reduzido, há professores preocupados em apoiar os/as estudantes que ingressaram pela política de reserva de vagas, por compreenderem que eles(as) trazem certas defasagens da educação básica. Mas que há também aqueles cuja referência são os estudantes com uma formação básica mais sólida, de modo geral oriundos de um meio social melhor aquinhoado, ignorando as carências dos(as) demais:

É complicado. Tem alguns professores que auxiliam; aqui, principalmente, tem alguns professores que estão tendentes, assim, à militância e auxiliam bastante. Principalmente os alunos que fazem parte das ‘ações afirmativas’, de dar bolsa [de estudos], de propiciar algum curso, de dar a oportunidade de fato, isso aqui tem, são poucos, mas tem. Agora, existem outros também que... eu acredito que acabam por prejudicar os alunos mais carentes, porque a cobrança que se tem em relação ao material didático, a própria exposição na aula, eu sinto que a aula é dirigida aos alunos que já têm uma bagagem mais extensa. No ensino médio, na escola pública, a gente não vê muita filosofia, a gente não tem esse... a história é dada bem superficialmente. E aqui eu sinto que eles dão uma exposição, uma aula mais voltada pra esses alunos: ‘Vocês viram isso, e isso, no ensino médio, então eu não vou nem repetir.’ Não têm essa preocupação de que estamos vendo pela primeira vez aqui. Já que se abriu portas pros alunos de escola pública, estamos vendo isso pela primeira vez. Então dificulta bastante. O próprio acesso ao material didático, tem professor que passa texto em inglês e a gente não tem acesso, como traduzir, como buscar isso. Em alemão, tem muita gente aqui na faculdade que fala alemão, que tem uma bagagem econômica bem favorável, mas a maioria, assim... quem está chegando agora não tem esse recurso. Então, pra mim, isso acaba dificultando. Não são acessíveis, não. Até porque aqui em Direito, principalmente, os professores não têm como matriz principal a Educação. São juizes, são promotores, não têm tempo. Ai, geralmente, é só chegar aqui e dar aula, porque têm uma audiência, têm que ir pra não sei pra onde, têm que fazer um processo... (ESTUDANTE B, DO CURSO DE DIREITO, AUTODECLARADA PRETA, COTISTA, ORIUNDA DE ESCOLA PÚBLICA).

A pergunta que originou as falas que se seguem buscou identificar o que pensam as estudantes sobre as relações raciais e, especificamente, o que representa a “cor/raça” na sociedade brasileira e, conseqüentemente, na Universidade. Os depoimentos das estudantes dão conta do tratamento racialmente diferenciado, mas apontam também para as resistências a esse estado de coisas:

– Eu acho que a cor da pessoa dificulta, cor negra dificulta, mas eu acho que a gente já está acostumada com isso. E a gente tem que trabalhar pra quebrar isso, na verdade o trabalho da gente é resistir. Até hoje venho resistindo, [vou] continuar resistindo. Eu

sou uma pessoa que mantenho o discurso da negritude, mantenho o visual da negritude. Numa faculdade que, apesar de ter cotas pra negro, é uma faculdade de pessoas brancas. Faculdade de pessoas que são filhos de brancos. [...] Mas não é por isso que a gente vai deixar de estar, quando o objetivo da gente é estar lá. Por exemplo, eu quero ser médica; e a gente vai resistir. Eu já tive uma experiência no primeiro semestre, que um funcionário do departamento, não era nem professor, disse que o meu lugar não era aqui. Ai eu falei que aqui era meu lugar de direito porque eu tinha sido aprovada em concurso público. Mas eu acho que até isso engrandece a gente; que no final ficamos mais fortes, mais experientes, mais inteligentes até. Mais criativos porque a gente aprende a lidar com essas dificuldades. Em tese, eu não tenho nenhuma situação direta que remete racismo pra mim, e aqui na faculdade eu nunca tive nada pela minha cor de pele. O que me constrangeu muito até hoje é que eu tenho um professor meu que até hoje ele fala muito do meu cabelo [risos]. Quando eu vou no hospital ele fica falando: ‘Menina, se cair piolho desse cabelo...’ Ai eu falo pra ele: ‘Professor, se cair piolho do meu cabelo é a mesma coisa de cair piolho do seu cabelo, do cabelo daquela menina.’ Mas ele fala isso inúmeras vezes. ‘Professor, eu vou colocar o movimento negro atrás de você, porque isso é racismo’. ‘Não é racismo, não, é que você que tem o cabelo crespo tem que prender ele mais.’ ‘Mas meu cabelo nunca teve piolho nenhum, mas se cair um piolho aqui vai ser igualzinho o de P, que é outra colega aqui. Por que você não reclama com P? O cabelo dela está solto, o cabelo dela é no meio das costas.’ ‘Não, você está entendendo errado.’ ‘Olha que eu vou colocar o movimento negro atrás de você!’ Eu falo na ‘resenha’<sup>6</sup> por que é uma pessoa muito poderosa aqui na UFBA, que manda e desmanda, então tem que falar meio na ‘resenha’. Você fala com raiva, mas tem que falar na ‘resenha’, porque no fundo, no fundo, essas coisas de poder existem, vão continuar existindo e eu preciso superar isso porque eu quero ser médica.

– O que você acha que passou pela cabeça do funcionário quando ele disse que seu lugar não era aqui?

– Eu acho que ele deve ter pensado na política de cotas. Porque aqui na UFBA é muito forte a questão das cotas: pode ou não pode? Deve ou não deve? Então os próprios professores conversam na sala de aula sobre política de cotas. Já teve professor que disse que o nível intelectual dos alunos diminuiu muito depois da política de cotas. Então, na minha

6 Reservadamente.

cabeça, o que deve ter passado foi isso. Que eu sou uma pessoa negra, tenho [direito a] cota, e que eu devo ter entrado no lugar de alguém que deveria estar na universidade com a pontuação normal. (ESTUDANTE C, DO CURSO DE MEDICINA, AUTODECLARADA NEGRA, NÃO COTISTA, ORIUNDA DE ESCOLA PRIVADA).

É muito eloquente o depoimento da entrevistada, a seguir, sobre a vivência do racismo, apontando para a sua atitude de resistência, de superação da barreira racial:

E hoje eu estava conversando com uma colega que fez Steve Biko<sup>7</sup> comigo, fez o pré-vestibular, ela estava fazendo Secretariado. Hoje ela me disse que está fazendo Letras, porque o curso de secretariado é um curso técnico que está ensinando a ter boas maneiras pra falar e que a todo momento o discurso da sala do curso dela era que deveria estar com o cabelo bem arrumado – porque ela tem o cabelo bem parecido com o meu –, então ela tinha que estar com o cabelo bem arrumado, que tinha que falar, fazer gestos, que tinha que sentar, fazer isso, fazer aquilo. E ela dizia que todos aqueles comentários que a professora dizia todos os dias que entrava na sala eram diretamente pra ela. Então, essa coisa da cor, com essa coisa do cabelo é muito complicada, porque você pode ter a cor que for, mas o cabelo não pode lembrar aquela cor, a minha cor. Você pode ser branco e tal, mas se você tem cabelo black, você não vai ser uma boa médica. Se você for lá em medicina você vai ter que alisar. A minha amiga X que faz medicina, ela é do mesmo tom de pele que eu. Ela é de comunidade quilombola e ela tem que alisar o cabelo dela. Ela tem que passar chapinha no cabelo dela. E é uma coisa que ela faz contra a vontade dela. Ela ainda não conseguiu vencer isso. Mas ela sabe que ela não quer fazer aquilo, e ela diz pra todo mundo que ela não sabe como ela vai fazer aquilo. O problema todo é esse, o que ela não fizer... como é que os professores vão fazer. Porque eles procuram a todo momento estar segregando ela. Então tem mais essa desculpa do cabelo. Então uma coisa que ela colocou é, a todo momento, querer ser a melhor da sala, mas ela ainda não conseguiu ser a melhor porque infelizmente ela não consegue tomar nada pra ficar branca. Então a questão da cor é muito complicada, vai ser sempre a pedra... no meio do caminho, tapando o caminho da gente. Mas a gente vai juntando e vai fazendo um

7 Um curso preparatório para o ensino superior, gratuito, para estudantes negros, da cidade de Salvador-BA, vinculado ao movimento social negro.

castelo. (ESTUDANTE D, DO CURSO DE COMUNICAÇÃO/JORNALISMO, AUTODECLARADA NEGRA, COTISTA, ORIUNDA DE ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL).

O depoimento da estudante M é bastante significativo, acerca da coincidência entre ser branco e estar em espaços sociais de prestígio. No entanto, releva também o contrário, ao mostrar a importância de ser negra, atuando como médica num bairro pobre:

[Ser negro] tem interferência... Eu acho que a depender do contexto, facilita ou prejudica. No contexto em que eu vivo, da Medicina, eu acho que a cor branca facilita a entrada do estudante em qualquer lugar. Agora, assim, eu lembro que quando eu fui fazer um trabalho de Redução de Danos, a gente entrou na favela, no Pilar, eu nunca tinha entrado num lugar daquele. E por eu ser negra, a situação das pessoas era melhor comigo do que com os meus colegas. Tinha uma colega minha, ela era bem loirinha, olhos azuis, o pessoal ficava meio assim com ela e tal. E comigo não, conseguia conversar melhor com as pessoas, tinha uma aproximação bem melhor. Então depende do contexto. Aqui em Medicina, acho que a cor atrapalha. Ser branco facilita. (ESTUDANTE M, DO CURSO DE MEDICINA, AUTODECLARADA NEGRA, COTISTA, ORIUNDA DE ESCOLA PÚBLICA MILITAR).

Sobre as desigualdades de gênero, as entrevistadas demonstram que o padrão de socialização das mulheres, articulado à condição racial, impõe às mulheres negras obstáculos poderosos, sobretudo quando se aproximam do espaço de poder tradicionalmente masculino, como são, por exemplo, os cursos da área das ciências exatas. No entanto, ao lidar com tal realidade, formas de resistências vão também se constituindo, fortalecendo sua posição, como expressam seus depoimentos. A entrevistada B considera que a discriminação com relação à mulher se assemelha àquela relacionada à condição racial; e acresce a estas a marca de geração. Tais marcas são acionadas para presumir as capacidades das mulheres:

Eu acho que nesse sentido mesmo, de dúvida, em relação à capacidade [das mulheres]. Principalmente a mulher jovem. Eu acho que a credibilidade que se dá à mulher jovem é muito pouca. Você acha que ela não tem capacidade, força, é muito frágil, não vai

aguentar. Eu sempre escutei isso: ‘Não vai aguentar o baque, não dá pra estagiar no hospital de custódia e tratamento, que não vai aguentar o baque, mulher é muito sensível.’ Então eu acho que geralmente se nega esse acesso por se acreditar que a mulher não é capaz de suportar a pressão, de se manter. É aquela questão também de: ‘Não vou colocar uma mulher que vai atrapalhar, vai tirar a atenção, vai ter problemas de relacionamento com homem novo, não pode colocar uma mulher junto.’ Eu acho que nesse sentido tem esse problema. Como eu já tinha dito, o próprio estágio, às vezes, escolhe alunos homens justamente por essa questão de acreditar que a mulher não é capaz de aguentar a pressão. (ESTUDANTE B, DO CURSO DE DIREITO, AUTODECLARADA PRETA, COTISTA, ORIUNDA DE ESCOLA PÚBLICA).

A estudante F relata as observações que ouvia das pessoas acerca do curso de Engenharia Civil como um espaço masculino. Tais comentários remetem aos lugares sociais sob uma ótica sexualizada:

[...] o problema daquela época era que o curso de Engenharia Civil pra uma mulher não era fácil. Como hoje ainda... hoje menos. Mas antes, há cinco anos atrás, era muito pouco, tanto é que na minha turma de 80 alunos, no máximo 10 eram mulheres. Então tinha ainda aquele preconceito: mulher tem que ser pra casa, aquela coisa toda... mesmo ela não... ainda tinha muito preconceito. Eu ainda passei com alguns colegas: ‘Ah, vai fazer Engenharia Civil, vai pra obra, lidar com pião, vai lidar com homem.’ Mas o que me impulsionou mesmo foi a questão de unir o útil ao agradável, e satisfazer as minhas necessidades. (ESTUDANTE F, DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL, AUTODECLARADA NEGRA, COTISTA, ORIUNDA DA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL).

A entrevistada L refere-se à estranheza provocada por sua presença no ambiente de trabalho; as expectativas são duplamente contrariadas pela presença de uma mulher negra, num cargo em que se naturalizou a imagem masculina e branca:

Quando a gente começa no internato... a gente está trabalhando de imersão em serviço, então, todos os dias eu estou em hospital fazendo coisas, assim, que são do exercício da função de um médico que tivesse trabalhando lá. E aí a situação de no final eu não conseguir que as pessoas, em um primeiro momento, encarem que eu sou uma médica, só pelo

simples fato de muitas vezes ser mulher mesmo, porque isso acontece com outras internas que são brancas, não é só com quem é negro. Com quem é negro é um agravante porque ainda se coloca numa posição hierarquicamente inferior. Assim, a pessoa não sabe, não leu seu nome, às vezes nem sabe ler, mas parte de um pré-juízo, de um preconceito da pessoa que você é ou que você deixa de ser. Não é uma coisa que me traga um prejuízo muito grande do ponto de vista de eu me sentir lesada, mas é uma coisa que incomoda e que eu acho que tem dois reflexos: são poucos os negros, as negras que são médicas. Na questão da mulher, eu acho que também é um processo histórico que ainda tem esse sentido, em Medicina eu acho que tem mais homens do que mulheres. No geral, as pessoas acabam tendo o referencial do homem como sendo aquele cara que tem o poder de curar, que vai ser o super-herói que vai resolver, não encara que a mulher tem essa possibilidade também. É muito forte. Em algumas especialidades médicas elas são marcadamente masculinas, tipo... as cirurgias, a cardiologia, algumas especializações; outras são femininas, inclusive não são muito valorizadas, por exemplo, o homem para fazer tem a sua orientação sexual questionada, como os pediatras. (ESTUDANTE L, DO CURSO DE MEDICINA, AUTODECLARADA NEGRA, NÃO COTISTA, ORIUNDA DA ESCOLA PRIVADA).

A implantação das políticas de ações afirmativas na modalidade de cotas raciais, para acesso às universidades públicas, despertou uma forte reação de certos setores da sociedade brasileira. Essa atitude se explica pela natureza do racismo existente no País, um racismo dito “cordial”, disfarçado, no qual os/as negros(as) são sempre bem-vindos(as), desde que não ameacem os privilégios consolidados. No entanto, a adoção das “cotas” é uma medida que pode ter consequências muito positivas, sobretudo para as mulheres negras, que não somente carregam os danos causados pela inferiorização do seu grupo racial, como sofrem ainda a desqualificação decorrente de sua condição de gênero. Assim, buscamos compreender, da perspectiva das entrevistadas, o que representou a adoção dessa medida pela Universidade Federal da Bahia.

A estudante B considera o sistema de cotas uma tentativa de se fazer justiça social, uma vez que os/as negros(as) foram, historicamente, relegados a uma condição degradante; uma questão de reparação por uma injustiça social:

Eu acho o sistema de cotas fantástico. Primeiro, porque na verdade a gente precisaria de uma reforma. Tem aquela estrutura das escolas públicas. Todo mundo tem que ter acesso a educação. [...] como eu vim de escola pública, eu posso dizer com propriedade: realmente o ensino é muito deficiente, é muito precário. Não tem a menor condição de, se você não estudar por fora... eu mesmo fiz cursinho pré-vestibular, tive um respaldo familiar, não precisei trabalhar. Então, pra mim sempre foi muito mais fácil do que pra outros colegas que eu tinha no colégio, que precisavam trabalhar, que tinham sérios problemas em casa, que passavam fome, que tinham muitos irmãos. E aquela coisa de perturbação mesmo. Não tinha um ambiente saudável; a questão da violência doméstica, que é muito recorrente... principalmente em famílias negras. Eu nunca passei por essa dificuldade. Então, pra mim, eu acredito que foi mais fácil. [...] eu vejo o sistema de cotas como uma indenização mesmo. Se a gente teve aquela questão da escravidão, da negação de acesso dos negros, então agora é justo que você crie políticas, que você vá inserir esse povo que já foi discriminado. Então eu acho bastante justo. (ESTUDANTE B, DO CURSO DE DIREITO, AUTODECLARADA PRETA, COTISTA, ORIUNDA DE ESCOLA PÚBLICA).

A entrevistada D compreende que a dimensão racial é importante, considerando que na realidade brasileira os/as negros(as) estão entre aqueles, apontados nas pesquisas oficiais, com os maiores índices de pobreza:

Política de Cotas... que bom se elas não precisassem existir. Mas já que elas têm que existir, que elas sejam raciais. Porque sociais já é pra muita gente, e aí enquanto ela é social e racial, pro pessoal que é da Bahia, melhor. Porque muita gente que é cotista vem de fora pra fazer vestibular aqui. E se elas são raciais e sociais, porque não proporcionais? Se o IBGE diz que mais de 80% da população é de negros, então [que] mais de 50% sejam pros negros. Porque quando a gente sai nas ruas e vê o índice de miserabilidade dos mendigos que estão nas ruas, não precisa dizer qual é a cor. A gente vê qual o cabelo que está ali. A gente vê quais são as pessoas que estão ali. Mas poucas pessoas param pra pensar o que foi que levou aquelas pessoas a estarem naquela situação. (ESTUDANTE D, DO CURSO DE COMUNICAÇÃO/JORNALISMO, AUTODECLARADA NEGRA, COTISTA, ORIUNDA DE ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL).

A articulação dos mecanismos de discriminação baseados na raça e no gênero tende a se apresentar como uma realidade extremamente perversa para as mulheres negras. Assim, a luta contra as perdas e as dores provocadas pelo racismo e pelo sexismo exige do grupo o compromisso cotidiano com o desafio de suplantá-los. Neste sentido, os depoimentos das estudantes revelam conflitos diversos e formas variadas de enfrentamento nas suas trajetórias em busca de superação, como se pode perceber no depoimento a seguir:

O ambiente dessa faculdade não é diferente de muitos outros. E eu acredito ser um dado da sua pesquisa, dizer a todo momento que esse aqui não é o lugar pra uma mulher negra, que acredita em determinadas coisas e que se dá ao luxo de escolher o que quer fazer. Porque eu me dei ao luxo de escolher o que quero fazer; não poderia. Eu poderia até estar ganhando melhor, até em um estágio melhor, mas por eu acreditar no trabalho que o centro de pesquisa faz é que eu estou aqui. Devido a informações que eu tive, formação e discussões que fizeram refletir no percurso no colégio, na universidade, mas toda a minha vida que faz eu olhar ao redor e ver como as coisas funcionam e como a gente recebe tudo de lá de cima formado. São coisas que, a todo momento, estão dizendo pra gente que a gente não pode. Infelizmente a educação do nosso país é essa, e não só dentro da sala de aula, mas onde a gente chega. Você é mulher negra, você sabe quais são os leões que tem que matar no seu dia a dia; eu sei quais são os meus. (ESTUDANTE D, DO CURSO DE COMUNICAÇÃO/JORNALISMO, AUTODECLARADA NEGRA, COTISTA, ORIUNDA DE ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL).

O depoimento de E revela mais um aspecto da discriminação, através da sua percepção do rigor da cobrança que se exerce sobre o/a negro(a), mostrando que um negro, para ser bom, não basta ser bom, tem que ser o melhor; tem que provar que é melhor do que os demais:

Teve uma professora me chamando... porque eu fui toda de branco, sapato branco; aí meu sapato estava um pouco sujo. Eu estava sentada toda largada, no final do ambulatório, estava atendendo um paciente. No final, ela veio conversar comigo. [...] por eu ser a única negra da turma, uma das poucas da universidade toda, não tenho que me deparar com aquilo. Foi um alerta pra mim: 'Eles podem também ver

isso.’ Eles veem muito meu porte, a minha postura. Pra eu sentar direito, me arrumar mais, tipo, não colocar o mesmo sapato todo dia... E realmente eu percebi, tem pacientes que chegam quatro horas da manhã, aí me veem toda de branco, aí já percebem. Eles falam: ‘Ah, eu quero ser atendido por aquela negona ali, que ela é retada!’ Então eles reparam muito. É um referencial. Falando com um colega que eu percebi essas coisas, procuro cobrar mais de mim mesma. Acabam cobrando mais da pessoa por ser negra. Eu lembro que quando eu passei no vestibular, falei com meu avô: ‘Eu vou passar na UFBA.’ Aí falavam: ‘Estude! Jogue duro! Não tem dentista negro assim não.’ Eu não tinha reparado que não tem tanto dentista negro. Aí eu falei: ‘Realmente! Eu tenho que me cobrar mais com relação a isto.’ Porque quando eu for pro mercado de trabalho, pro consultório, você vai se cobrar mais, por ser negro, não vai fazer qualquer coisa. Não vai escrever qualquer coisa, mas por ser negro a sociedade vai cobrar mais ainda. (ESTUDANTE E, DO CURSO DE ODONTOLOGIA, AUTODECLARADA NEGRA, COTISTA, ORIUNDA DE ESCOLA PÚBLICA MILITAR).

A fala da entrevistada F exprime a experiência do racismo expresso na ideia de “boa aparência”, como sinônimo da estética branca; a desqualificação que sofre a/o negra(o) ao conviver em ambiente de brancos(as):

Então, ééé... eu já vivi situações de... não de preconceito, mas de presenciar, assim, sabe?, até com colegas, de chegar em restaurantes, porque... a gente termina convivendo no meio deles [brancos(as)]. Chega numa fase da vida da gente que a gente termina convivendo no ciclo deles. Então o quê que acontece? Você frequenta lugares bons, você vai até lugares bons, com uma situação melhor, mas aí você não é vista do mesmo jeito que esses seus amigos, que você adquiriu no decorrer de sua vida. E aí? O que é que cabe a você? Adquirir seu espaço. Você tem que adquirir o seu espaço. Foi o que fiz com o meu. Ainda você ééé... mal vista. Não é em todos os lugares que eu, como negra, eu chego. Todo mundo me... mas têm que me engolir. Vão ter que me aceitar; eu tenho o meu dinheiro, eu posso pagar a mesma coisa que um branco pode. Então eles vão ter que me aceitar e tratar bem. Mas que existe o preconceito, existe. Se você entrar numa loja de roupa, você vê. Se você chegar arrumada você é bem tratada. Ninguém quer saber quanto tem no seu bolso. Ninguém

quer saber se você vai pagar com dinheiro ou se vai pagar no cartão. Não! Primeiro olha a aparência. (ESTUDANTE F, DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL, AUTODECLARADA NEGRA, COTISTA, ORIUNDA DA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL).

O mecanismo de superação da discriminação elaborado pela entrevistada H, diante da realidade observada, é traduzido pelo esforço de se destacar pelo desempenho, pela competência, pela busca de ser a melhor. Mais uma fala que remete à ideia de que os/as negros(as) têm que fazer um esforço sobre-humano para poderem ser o que os outros são, sem precisar fazer esforço:

– [...] uma vez eu estava na universidade, estava com um grupo de amigos, estava no DA [Diretório Acadêmico] do curso de Engenharia Civil, e um colega meu simplesmente disse que não casava com negra. Aí eu disse: ‘Por que você não casa com negra?’ E ele: ‘Ah, porque eu não caso, porque eu não gosto.’ Eu disse assim: ‘Você é racista.’ Ele disse pra mim assim: ‘Eu não sou racista’. Eu disse pra ele: ‘Você já viu alguém que é racista abrir a boca pra dizer que é?’ Ele falou: ‘Isso é uma opção minha.’ Eu falei assim: ‘Isso não é uma opção sua, isso é preconceito e você sabe que é.’ Aí a gente ficou debatendo, ficou discutindo, eu me exaltei e acabei dando uma resposta ríspida, uma resposta a ele que eu acho que foi necessária pra ele entender. Porque eu acho um absurdo uma pessoa estar na universidade e abrir a boca pra ficar falando isso, falando esse tipo de coisa, discriminando as pessoas. Apesar de que eu sei que muitos são racistas e não têm coragem de assumir como ele assumiu.

– O que você pensou depois que você viveu esse momento?

– No momento, na verdade, no ato, eu me senti, assim, eu não me senti inferior, porque eu sei o que eu quero; eu sei de onde eu vim e sei onde eu quero chegar. Mas eu me senti mal, pelo fato de ver que existem pessoas com a mente tão pequena e tão mesquinha que conseguem julgar as pessoas apenas pela cor da pele. Mas o que eu pensei depois foi o seguinte: que eu realmente tenho que botar os pés no chão e tenho que estudar mais ainda, pra poder mostrar pras pessoas que a questão da cor da pele não quer dizer nada. Porque, infelizmente, a gente só consegue provar que isso não quer dizer nada quando você consegue alcançar um lugar de destaque na sociedade. Pra que eles possam lhe reconhecer

não pela cor da sua pele, mas pelo que você é capaz de produzir e pelos benefícios que você consegue prestar à sociedade. (ESTUDANTE H).

No depoimento da estudante I, observa-se outra forma de reagir ao racismo, que envolve, de certo modo, a negação da experiência dolorosa. O medo de sentir-se discriminada a leva a proteger-se, evitando espaços e situações de exposição:

– Às vezes, quando você não anda bem arrumada aqui, pode haver alguém que... Mas situação específica...

– Fale o que você pensa sobre isso.

– Meu irmão fala assim, que negro tem que andar bem vestido, sempre. Pra não dar razão a fulaninho estar falando nada. Eu sou a menos bem vestida da família, tipo, se minha irmã tivesse vindo hoje teria vindo de salto, bem arrumada. Eu venho do jeito que eu tô a fim. Então, sei lá, eu nunca me senti discriminada, mas é claro que isso é mais meu, porque eu me esforço pra não me sentir discriminada. Eu até correr mais atrás, até mesmo emagrecer, mas eu não me importo muito com isso. Claro que tem pessoas que dão uma olhada, de cima a baixo, mas eu acho que... eu não frequento os lugares, não curto as coisas que poderiam me colocar pra baixo. [...] Minha pele é um pouco mais clara que a do meu irmão, só que é isso, eu vejo o mundo de uma forma um pouco mais colorida de como ele vê. Pelas coisas que eu não sofri. Você mesmo perguntou se tem algum caso [de discriminação]; sinceramente, eu não consigo lembrar. Mas se você perguntar aos meus irmãos... principalmente ao meu irmão mais velho... Isso é meio triste, às vezes é meio deprimente. É complicado, porque eles sentem um rancor que a gente tenta amenizar. Eu posso tentar amenizar como for, eu não vivi as coisas que eles viveram... a gente sente mais por osmose e tal. Você vê eles sofrerem isso, você sofre junto. Eu não posso entrar na cabeça deles. (ESTUDANTE I, DO CURSO DE COMUNICAÇÃO/JORNALISMO, AUTODECLARADA PRETA, NÃO COTISTA, ORIUNDA DA ESCOLA PRIVADA).

## Considerações finais

A análise da participação de homens e mulheres que ingressaram na UFBA, através da política de cotas, apontou para a elevação da participação de mulheres em quase todos os cursos investigados.

A distribuição dos selecionados, por gênero, nos dois momentos investigados, controlando-se a cor, indicou que o crescimento da participação de mulheres nesses cursos ocorre desigualmente entre os segmentos raciais. Entre as mulheres, as brancas estão representadas em proporções próximas às dos homens; as pardas, ora diminuem, ora elevam a sua participação. As pretas, embora tivessem obtido uma sensível elevação de sua participação, formam o contingente de menor expressividade nos cursos de alto prestígio. No que se refere aos critérios estabelecidos para a adoção de reserva de vaga – maior parte dos estudos em escolas públicas e se declarar preto ou pardo –, o curso de Psicologia foi o que pareceu ter atingido em maior proporção as “minorias” sociorraciais e de gênero: a maior parte dos estudantes neste curso é oriunda de escolas públicas, havendo também um maior contingente de negros, e um sensível crescimento na participação de mulheres pretas, embora isto não signifique uma equidade entre os segmentos raciais. As mulheres pretas ainda se encontram em desvantagem em relação às mulheres pardas, e muito mais em relação às brancas, evidentemente.

Os depoimentos das estudantes entrevistadas dão conta das barreiras que precisam transpor pessoas sobre as quais recaem os diversos estereótipos negativos baseados na condição racial, de gênero, de classe. Como vimos, para as mulheres negras, chegar a uma universidade e ingressar num curso valorizado socialmente é colocar-se fora da curva, assumindo o ônus do estrangeirismo que implica essa condição. Ou seja, viver aquilo que outros sujeitos vivem com o conforto de quem realiza mais uma etapa de uma trajetória linear e esperada, ou como disse Sergio Miceli a propósito de outra situação (mas que aqui se aplica bastante bem), para certos sujeitos, estar na universidade é parte de “[...] um estilo de prática cultural e intelectual instilado pelo conforto material e pela segurança estatutária dos que nascem e crescem imbuídos de certezas inerentes às prerrogativas de classe” (MICELI, 2005, p. 08); para as mulheres negras, contudo, isso implica um enorme esforço cotidiano, que exige o confronto com uma realidade que as exclui e as desqualifica, realidade que insiste em querer lhes fazer crer que esse não é o seu lugar, como mostram os estudos sobre “branquitude”

(SCHUCMAN, 2014). Para essa perspectiva de estudos, a condição do negro é particularmente perversa porque a todo o tempo ele está sendo comparado ao branco, considerado “a norma”. “Norma” cujo desconhecimento da origem impede que se possa enxergar a condição do branco não como “normal”, mas como privilégio, historicamente,

construído. No entanto, em que pese a realidade da discriminação, do racismo e do sexismo, as falas das entrevistadas revelam também a forte rejeição ao lugar discriminado; suas experiências dão conta de uma “labuta”, de uma enorme disposição para desarticular as armadilhas em que o sexismo, o racismo e a condição de pobreza tentam capturá-las.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura, In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a. p. 39-64.
- \_\_\_\_\_. As categorias do Juízo Professoral. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998b. p. 185-216.
- \_\_\_\_\_. A dominação masculina. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, jul./dez. 1995.
- \_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Discursos e práticas racistas na educação infantil: a produção da submissão e do fracasso escolar. In: QUEIROZ, D. M. et. al. (Org.). **Educação, racismo e anti-racismo**. Salvador: UFBA, 2000. p. 193-219.
- COSTA, Marisa C. Vorraber. Editorial. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 05-08, jul./dez. 1995.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 3, 1999.
- MICELI, S. Prefácio. In: BOURDIEU, P. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Desigualdades raciais no ensino superior: a cor da UFBA. **Novos Toques**, n. 4, p. 11-44, 2000.
- \_\_\_\_\_. **“Raça”, gênero e educação superior**. 2001. 320f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (FACED), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2001.
- \_\_\_\_\_. As ações afirmativas na universidade brasileira e acesso de mulheres negras. **Revista Ártemis**, v. 8, p.132-145, jun. 2006.
- QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Jocélio Teles dos. Vestibular com cotas: análise em uma instituição pública federal. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 58-75, dez./fev. 2006.
- SANTOS, Carlinda Moreira dos. **A mulher negra no ensino superior: trajetórias e desafios**. 2012. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2012.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Educação**, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014.
- SEYFERTH, Giralda, O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo, In: SEYFERTH, Giralda, et al (Org.). **Racismo no Brasil**. São Paulo: ABONG, 2002. p. 17-43.

*Recebido em: 01.10.2015*

*Aprovado em: 05.02.2016*